

A IMPORTÂNCIA DE SE ESTUDAR A FALA DAS COMUNIDADES RURAIS AFRO-BRASILEIRAS

Dante Lucchesi
Universidade Federal da Bahia

RESUMO: *Ressalta-se a importância e a urgência de se estudar a fala das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, para a compreensão da formação histórica da realidade lingüística brasileira. Essa pesquisa poderá produzir evidências empíricas valiosas acerca da questão da relevância do contato entre línguas na história sociolingüística do Brasil. Assume-se aqui a posição de que muitas das características atuais do português brasileiro, sobretudo de suas variedades populares e rurais, refletem processos de variação e mudança provenientes do contato do português com as línguas dos escravos africanos trazidos para Brasil.*

Palavras-chave: *história do português brasileiro; português popular do Brasil; contato entre línguas.*

ABSTRACT: *One stands out the importance and urgency of studying the speech of rustic afro-brazilian isolated communities, to comprehend the historical formation of the brazilian linguistics reality. The study of this speech communities can produce valuable empirical evidences about the prominence of the contact between languages in Brazil's sociolinguistic history. It's assumed here the position that many of brazilian-portuguese current characteristics, over all its popular and rural varieties, reflects variation processes and linguistic changes, deriving from the contact between Portuguese and the African slaves' languages brought to Brazil.*

Key-words: *Brazilian Portuguese history; Brazilian Popular Portuguese; languages in contact.*

1. Introdução

A caracterização de realidade lingüística brasileira com referência à sua formação sócio-histórica ainda é tarefa a ser cumprida pelos lingüistas no Brasil. São muitas as frentes que se abrem nesse vasto campo de estudo: mapear diatopicamente os diversos dialetos brasileiros; dimensionar a variação diastrática nos centros urbanos, bem como as relações lingüísticas entre a cidade e o campo; aferir os matizes étnicos de nosso panorama lingüístico; e descrever as línguas indígenas remanescentes. No plano mais geral, coloca-se a tarefa de identificar os parâmetros que definem a virtual individualização de uma gramática brasileira frente à sua congênere européia (cf. Tarallo, 1993). E, no plano histórico, coloca-se a questão da relevância, para a definição das atuais características do português brasileiro, do contato da língua portuguesa com as línguas autóctones e com as línguas africanas, ao longo do processo de colonização do Brasil. Essa questão pode ser atacada em duas frentes: (i) a pesquisa da documentação histórica disponível; e (ii) a análise empírica das eventuais características remanescentes do contato entre línguas no Brasil.

Nessa segunda frente, a análise da fala das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas assume uma posição crucial. Na fala dessas comunidades podem ser encontrados indícios valiosos acerca das mudanças que teriam ocorrido na estrutura da língua portuguesa ao ser adquirida precariamente por um largo contingente de escravos africa-

nos e ao ter se nativizado entre os seus descendentes. Em função do seu isolamento anterior, essas comunidades seriam, assim, verdadeiros *arquivos vivos* de processos que teriam marcado a história da difusão da língua portuguesa pelo território brasileiro.

Porém, se esses estudos não forem realizados com urgência, eles não alcançarão nem o pouco que ainda se pode descobrir. Com efeito, as marcas mais evidentes do processo de transmissão lingüística irregular pelo qual o português brasileiro passou devido ao contato amplo com as línguas indígenas e, sobretudo, com as línguas africanas devem ter desaparecido nas últimas três ou quatro décadas, em função do processo de nivelamento lingüístico ocorrido a partir da vasta difusão dos modelos culturais e lingüísticos dos grandes centros urbanos levada a cabo sobretudo pelos meios de comunicação de massa, mas também pelo deslocamento populacional e pelo sistema público de educação pública.

Ao longo deste artigo, buscarei demonstrar como o estudo da fala das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas pode contribuir para compreensão de nossa realidade lingüística com referência a sua formação histórica.

2. O componente africano na formação da população e da cultura brasileira

As estimativas quanto ao número de indivíduos trazidos da África para o Brasil durante o período do tráfico negreiro variam entre pouco mais de três milhões (Simonsen, 1937) até a impressionante cifra de 13 milhões (Calógeras, 1927[1957]). Consideramos razoável o cálculo de seis a sete milhões elaborado por chegou Ribeiro (1997) cotejando várias fontes. Mas, qualquer que seja o número, é inquestionável o peso demográfico do segmento de africanos e seus descendentes na formação da população brasileira. Segundo Mussa (1991), a proporção de negros africanos e brasileiros no conjunto da população brasileira, entre 1600 e 1850, nunca foi inferior a um terço, podendo ter constituído em alguns períodos a metade da população. A inserção desses largos contingentes na sociedade brasileira e a sua miscigenação racial com os colonizadores brancos tiveram conseqüências fundamentais na formação cultural e lingüística do Brasil.

3. Caracterização lingüística dos segmentos afro-brasileiros

Os africanos trazidos para o Brasil como escravos eram provenientes, em sua grande maioria, de dois pontos da costa ocidental da África: a Costa da Mina, no litoral da Guiné, e o porto de Luanda, em Angola. No primeiro caso, os indivíduos eram, em sua grande maioria, falantes das línguas do grupo lingüístico *kwa*, marcado por uma profunda diversidade lingüística. No segundo caso, eram falantes das línguas banto, essas mais homogêneas. Afirma-se, tradicionalmente, que os falantes das línguas *kwa* (sobretudo o *iorubá*, também conhecido como *nagô*) predominaram na região da Bahia, e os falantes das línguas *banto* (majoritariamente, o *quimbundo* e o *quicongo*), que ingressavam no Brasil através do porto do Rio de Janeiro, predominavam nas demais regiões do país, apesar de o único testemunho histórico de uma língua geral africana, documentada na região de Ouro Preto, em 1741, seja da língua *fon*, uma língua *kwa*.

A proficiência dos escravos africanos em português variava muito, indo desde os “boçais”, incapazes de se comunicar em português, até os chamados “ladinos”, que se comunicavam bem em língua portuguesa. O contato dos escravos africanos com as diversas formas da chamada língua geral indígena foi restrito às regiões com grandes contingentes indígenas, como o Maranhão e o Pará. Para além do uso do português nos seus diferentes graus de proficiência, deve ter ocorrido também o uso de línguas francas afri-

canas na comunicação entre indivíduos do mesmo grupo etnolingüístico (nomeadamente o quimbundo e o iorubá), sobretudo nas senzalas e nos agrupamentos quilombolas, como no caso do quilombo dos Palmares (cf. Silva Neto, 1963 [1951]: 85).

Contudo, o uso dessas línguas francas africanas foi progressivamente sendo substituído pelo uso do português, código de comunicação verbal socialmente mais viável, até o virtual desaparecimento daquelas. Hoje, para além do uso ritual do iorubá nas cerimônias religiosas do candomblé na Bahia e do ewe na casa de Mina em São Luís do Maranhão, sobrevivem apenas alguns resquícios do uso de línguas francas africanas, em território brasileiro, na forma de códigos secretos que certas comunidades rurais afro-brasileiras, como as comunidades de Cafundó, em São Paulo – cf. Vogt & Fry (1982) –, e Tabatinga, Minas Gerais – cf. Queiroz (1984), mantêm em uso para situações especiais de interação verbal endógama. Segundo os seus pesquisadores, são constituídas por um vocabulário de origem quimbundo, utilizado sobre a base de uma gramática portuguesa. Portanto, pode-se afirmar que nenhuma língua africana se mantém como língua nativa de algum agrupamento humano em território brasileiro.

No que se refere à criouliização do português a partir de sua assimilação por falantes africanos e seus descendentes, pode-se dizer que tal processo não se deu de forma ampla e estável, de modo que não se tem registro de língua crioula de base portuguesa que se tenha estabilizado em território brasileiro, à maneira, por exemplo, dos crioulos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, na África. Vários fatores sócio-demográficos e históricos podem explicar o fato: o deslocamento da população escrava no Brasil, o elevado grau de mestiçagem na sociedade brasileira, o elevado grau de mortandade dos escravos em face das condições desumanas em que eram mantidos no eito etc (cf. Lucchesi, 2000). Entretanto, não se podem descartar situações particulares potencialmente bastante favoráveis a processos de criouliização do português, tais como: grandes propriedades rurais no interior do país que empregavam largamente a mão-de-obra escrava na lavoura e agrupamentos de escravos foragidos, conhecidos por quilombos.

4. A história da língua portuguesa no Brasil como um processo complexo e polarizado

Os três primeiros séculos da colonização do Brasil se caracterizam por uma progressiva ocupação do território com fins extrativistas e/ou agro-pastoris. Os centros urbanos, situados no litoral, pouca ou nenhuma influência exerciam sobre as vastas regiões do país, onde negros, mestiços e colonos decaídos se esfalfavam na lavoura, na pecuária extensiva e nas lides da mineração (cf. Cunha, 1985). No plano lingüístico, enquanto a elite colonial estará fortemente ligada aos padrões lingüísticos da Metrópole portuguesa, nos demais segmentos da população brasileira, as línguas gerais indígenas e as línguas francas africanas estarão sendo progressivamente substituídas por variedades profundamente alteradas da língua portuguesa. Se, como bem salientou Ribeiro (1997), é o negro o grande agente da europeização lingüística do Brasil, essas variedades de português que se difundem pelo território brasileiro são o resultado da aquisição imperfeita por falantes adultos de línguas africanas e da sua nativização entre os seus descendentes mestiços e endógamos.

Diferentemente do que afirmam alguns estudiosos, há vários registros históricos de processos potenciais de criouliização da língua portuguesa no Brasil. É fato que a intensidade das mudanças ocorridas na estrutura da língua portuguesa em função do contato entre línguas terá variado muito consoante o contexto sócio-econômico e etno-demográfico. É fato também que nenhuma língua crioula *tout court* tenha existido em uma grande região do país por um período de tempo representativo. Mas, se as condi-

ções sócio-históricas inibiram a estabilização de uma língua crioula de base lexical portuguesa, foram extremamente propícias à difusão de mudanças lingüísticas induzidas pelo contato lingüístico nas diversas variedades da língua portuguesa faladas no Brasil.

Desde os primórdios da formação da sociedade brasileira, a mestiçagem e o patriarcado polígamo têm criado as condições para que os padrões de fala de escravos e mestiços, moldados no contato do português com as línguas africanas, se insinuem na fala dos segmentos sociais superiores, afetando os padrões de concordância verbal e nominal do português brasileiro, bem como a realização, colocação e forma dos seus pronomes e a estrutura silábica dos seus vocábulos com o apagamento das consoantes pós-vocálicas, entre outros aspectos morfossintáticos e fonológicos relevantes.

No final do século XIX e início do século XX, esse processo de difusão das mudanças induzidas pelo contato no português do Brasil ganha uma nova via, com a vinda de milhões de imigrantes europeus e asiáticos (cf. Lucchesi, 1998 e 2001). Durante o século XX, o fosso entre os padrões da norma culta e os padrões de fala dos segmentos populares foi-se atenuando, relativamente, em função do amplo e violento processo de industrialização e urbanização do Brasil, que se refletiu no êxodo rural, no extraordinário crescimento dos centros urbanos, na vasta ampliação da malha rodoviária, e no fantástico desenvolvimento dos meios de comunicação de massa.

Portanto, os reais efeitos lingüísticos da conjugação de diversos povos na formação da sociedade brasileira, bem como das profundas mudanças ocorridas desde o final do século XIX, ainda são muito pouco conhecidos. A insipiência das pesquisas que possam definir as bases de uma caracterização sócio-histórica da realidade lingüística brasileira, não obstante alguns significativos avanços provenientes de iniciativas isoladas de alguns grupos de pesquisa, representa uma lamentável lacuna no conhecimento e na promoção da identidade cultural do país, com reflexos significativamente negativos na definição de políticas pedagógicas, de integração social e de preservação cultural.

5. Conclusão: a importância e a urgência do estudo das comunidades rurais afro-brasileiras

De tudo o que se disse até aqui, pode-se concluir que o estudo da fala das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas constitui um campo de investigação empírica crucial para o enfrentamento da questão geral acerca da participação do contato entre línguas na formação histórica da realidade lingüística brasileira.

Estima-se que sejam mais de oitocentas as comunidades rurais formadas por descendentes de escravos africanos no território brasileiro (cf. Anjos, 2000). Em sua maioria, essas comunidades têm a sua origem em agrupamentos de escravos foragidos, que passaram para a história com a denominação de *quilombos*. As vicissitudes históricas de sua formação condenaram essas comunidades de fala ao isolamento e ao ostracismo, de modo que, em alguns casos, conservaram-se, nos padrões de fala dessas comunidades, as marcas mais profundas do processo de aquisição precária do português como segunda língua pelos escravos africanos e da nativização desse modelo defectivo entre os escravos crioulos e seus descendentes (cf. Baxter, 1992; Baxter & Lucchesi, 1997; e Lucchesi, 1999), pelo menos até os meados do século passado.

Considerando-se o significativo número de comunidades afro-brasileiras que ainda se encontram no Brasil, fica a questão de se saber se ainda existe alguma comunidade que conserve algo que possa ser caracterizado como uma variedade crioula da língua portuguesa. Tal descoberta teria um valor inestimável para o conhecimento de nossa história lingüística, mas, infelizmente, são cada vez mais remotas as possibilidades de se

encontrar uma comunidade assim, em virtude das profundas alterações ocorridas ao longo do século XX. Se até as primeiras décadas do século passado, era possível encontrar comunidades rurais afro-brasileiras isoladas que falavam alguma variedade criouliada do português, essa situação se alterou rapidamente.

Com efeito, esse processo de mudanças descrioulizantes pode ter ocorrido de forma muito acelerada, em função do violento processo de penetração das grandes empresas capitalistas no campo brasileiro. Pensemos, inicialmente, no alto grau de isolamento lingüístico e cultural em que viviam, por exemplo, as comunidades quilombolas, clandestinas e ilegais até a abolição da escravatura – uma situação social altamente favorável à criouliização do português, ou mesmo à manutenção, em uso corrente, de línguas francas de base africana. Essa situação certamente pouco se alterou até as primeiras décadas do século XX. A partir daí, inicia-se o violento processo de ocupação de vastas zonas rurais através dos empreendimentos capitalistas de mineração, extração madeireira e de produção de celulose, entre outros. Esses empreendimentos expulsaram essas comunidades de suas terras, e/ou acabaram por integrar os seus membros no processo extrativo e/ou produtivo, através da exploração de sua força de trabalho, alterando drasticamente o seu modo de vida e desarticulando a sua cultura. A fala dessas comunidades *a fortiori* sofreria as maiores conseqüências desse processo, perdendo todas as suas particularidades crioulizantes, ou mesmo desaparecendo na medida em que a coletividade que a usava se desintegrava. Desse modo, a intensa e violenta penetração do capitalismo no campo brasileiro pode ter eliminado as mais significativas evidências empíricas do nível de criouliização que a língua portuguesa sofreu no Brasil. Contudo, até que se faça um mapeamento etnolingüístico das comunidades rurais afro-brasileiras, essa questão não poderá ser cabalmente respondida.

De qualquer modo, e mesmo que não se encontre mais hoje alguma variedade criouliada pelas razões acima expostas, pensamos que as evidências empíricas que o estudo da fala das comunidades rurais afro-brasileiras pode fornecer são cruciais para quem tenta recriar o grande mosaico do panorama lingüístico brasileiro e da sua formação sócio-histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANJOS, Rafael S. A. (2000). *Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil: primeira configuração espacial*. 2 ed. Brasília: Mapas Editora & Consultoria.
- BAXTER, Alan N. (1992). A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a criouliização prévia: um exemplo do estado da Bahia. Em: d'Andrade, Ernesto & Kihm, Alain (orgs.). *Actas do Colóquio sobre "Crioulos de Base Lexical Portuguesa"*. Lisboa: Colibri: 7-36.
- BAXTER, Alan & LUCCHESI, Dante (1997). "A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil", *Estudos Lingüísticos e Literários*, 19: 65-84.
- CALÓGERAS, J. Pandiá (1927). *Formação Histórica do Brasil*. 5 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1957.
- CUNHA, Celso (1985). *A Questão da Norma Culta Brasileira*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- LUCCHESI, Dante (1998). A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizado: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular.

- Em: Große, Sybille & Zimmermann, Klaus (eds.). “*Substandard*” e mudança no português do Brasil. Frankfurt am main: TFM: 73-100.
- LUCCHESI, Dante (1999). A variação na concordância de gênero em dialetos despidginizantes e descrioulizantes do português do Brasil. Em: Zimmermann, Klaus (ed.). *Lenguas criollas de base lexical espanhola y portuguesa*. Madrid: Ibero-Americana: 477-502.
- LUCCHESI, Dante (2000). *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado, ms.
- LUCCHESI, Dante (2001). “As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil”, *D.E.L.T.A.*, São Paulo, 17: 1, 2001, pp. 97-130.
- MUSSA, Alberto. (1991). *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado. ms.
- QUEIROZ, Sônia (1984). *A Língua do Negro da Costa – um remanescente africano em Bom Despacho (MG)*. Belo Horizonte: FALÉ-UFMG, dissertação de Mestrado, ms.
- RIBEIRO, Darcy (1997). *O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil*. 2 ed. 10 reimp. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA NETO, Serafim da (1951). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: INL, 1963.
- SIMONSEN, Roberto (1937). *História econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2 vols.
- TARALLO, Fernando (1993). Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d’aquém e d’além-mar ao final do século XIX. Em: Roberts, Ian & Kato, Mary (orgs.). *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*, Campinas: Editora da Unicamp: 69-106.
- VOGT, Carlos & FRY, Peter (1982). “A descoberta do Cafundó: alianças e conflitos no cenário da cultura negra no Brasil, *Religião e Sociedade*, 8, 45-52.